
ESPAÇO E LUGAR, URBANO E RURAL: DEMARCANDO CONCEITOS NECESSÁRIOS À INVESTIGAÇÃO DA CIDADE PEQUENA

SPACE AND PLACE, URBAN AND RURAL:
DELIMITING CONCEPTS REQUIRED TO SMALL TOWN INVESTIGATIONS

ESPACIO, LUGAR, URBANO Y RURAL: DEMARCACIÓN DE CONCEPTOS
NECESARIOS PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA CIUDAD PEQUEÑA

Jamille da Silva Lima-Payayá¹
Onildo Araujo da Silva²
Agripino Souza Coelho Neto³
Edinusia Moreira Carneiro Santos⁴
Maria da Paz de Jesus Rodrigues⁵

RESUMO: Este texto consiste num esforço de compreensão do fenômeno *pequena cidade* a partir dos conceitos de espaço e lugar e da interface entre o rural e o urbano. Preocupamo-nos em compreender o universo representativo de cidades brasileiras com pequeno contingente populacional, pouco dinamismo econômico, expressiva dependência dos recursos governamentais, carências de serviços públicos e infraestruturas básicas, elevadas taxas de desemprego e atravessadas pelas ruralidades. Defendemos a existência das ruralidades no urbano, manifestada pela forte influência que elementos rurais ocupam na conformação do espaço urbano das pequenas cidades, especialmente das cidades constituintes do chamado Território do Sisal, estado da Bahia, nosso ponto de partida para a leitura deste fenômeno.

Palavras-chave: Ruralidade. Relação campo-cidade. Urbano-rural. Pequena cidade. Geografia Regional.

ABSTRACT: This study aims to understand the *small town* phenomenon through the concepts of space and place and the interface between rural and urban. We are concerned with understanding the representative universe of Brazilian towns with small populations, little economic dynamism, high dependence on government resources, lack of basic public services and infrastructures, high rates of unemployment and permeated by ruralities. We

1 Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: jaslima@uneb.br.

2 Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: fssilvafs@hotmail.com.

3 Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: agscneto@uneb.br.

4 Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: nusiafs@hotmail.com.

5 Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: pazrodrigues2@yahoo.com.br.

support the existence of ruralities in urban areas, which are manifested by the strong influence that rural elements have in the conformation of the urban space of small towns, especially in the cities and towns that constitute the Sisal Territory, our starting point to the study of this phenomenon in the State of Bahia, Brazil.

Keywords: Rurality. City-countryside relation. Urban-rural. Small town. Regional Geography.

RESUMEN: Este texto es un esfuerzo de comprensión del fenómeno de la pequeña ciudad, a partir de los conceptos de espacio y lugar, y de la interfaz entre lo rural y lo urbano. Nos preocupamos de la comprensión del universo representativo de las ciudades brasileñas con un pequeño contingente de población, poco dinamismo económico, importante dependencia de los recursos del gobierno, carencias en servicios públicos e infraestructuras básicas, elevadas tasas de desempleo, y altamente influidas aún por las ruralidades. Defendemos la existencia de las ruralidades en el urbano, manifestadas por la fuerte influencia que los elementos rurales tienen en la configuración del espacio urbano de las pequeñas ciudades, especialmente de las que constituyen el llamado Território do Sisal-Estado de Bahía (Brasil), nuestro punto de partida para la lectura de este fenómeno.

Palabras-clave: Relación rural-urbano. Ruralidad. Pequeña ciudad.

INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos o resultado de um esforço de reflexão sobre o tema *idades pequenas*. Trata-se de um investimento que intencionou fomentar a discussão e contribuir para o entendimento desse fenômeno que ganhou mais espessura com as inúmeras emancipações ocorridas no Brasil nas últimas décadas do século XX.

O debate sobre as cidades pequenas nos remete inequivocamente à interface entre o urbano e o rural. Na contramão das interpretações hegemônicas que sustentam, por um lado, o fim do rural e, por outro, a presença das urbanidades no rural, a reflexão que se empreende neste texto defende o argumento de que a compreensão da dinâmica do espaço nas cidades pequenas perpassa, também, a perspectiva de considerar a existência de ruralidades no urbano.

Entendemos que a leitura da pequena cidade no âmbito da ciência geográfica não pode dispensar o acionamento de categorias que confirmam geograficidade à interpretação e que se apresentam como possibilidade para compreensão deste fenômeno de tamanha expressividade na realidade brasileira – embora bastante olvidada nos estudos geográficos, especialmente naqueles de maior apelo à teorização. Esse argumento justifica os dois movimentos empreendidos neste texto, com os quais buscamos explicitar um referencial teórico que permita uma compreensão da cidade pequena, focalizando e delineando os conceitos de espaço e de lugar.

Consideramos que a dinâmica espacial da pequena cidade se expressa na interface entre o urbano e o rural, uma vez que a realidade concreta se manifesta na imbricação de elementos característicos desses dois processos. No passo seguinte fazemos uma apresentação crítica das iniciativas que reúnem contribuições para compreensão do conceito de cidades pequenas, apontando um conjunto de elementos teóricos e empíricos que podem ser tomados como ponto de partida para a pesquisa. Ao final, seguem-se algumas considerações que cumprem o papel de abrir o debate e não o de apresentar posições fechadas e acabadas sobre o assunto.

ESPAÇO E LUGAR: CONCEITOS PARA ENTENDER A CIDADE PEQUENA

Espaço e lugar são conceitos que podemos utilizar para compreender a dinâmica da cidade pequena e são vastas, na literatura geográfica, as possibilidades teórico-conceituais; optamos, no entanto, por ler o espaço e o lugar na perspectiva de Milton Santos, que, em sua abordagem no livro *A natureza do espaço*, propõe que

[...] O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 63).

De acordo com esse conceito de espaço, a noção de técnica tem um papel central, pois ela é mediadora da relação entre homem e meio, sendo por isso reveladora da produção histórica da realidade e inspiradora de um método coerente e unitário. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 29). A técnica é, assim, história e geografia nos ajudando “[...] a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico e a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2006, p. 49).

Na relação entre o fenômeno técnico e o espaço, Santos (2006) considera, inclusive, as técnicas da própria ação, atribuindo abrangência e profundidade à noção de técnica que, por sua vez, faz parte da teoria e do método geográfico do autor. Em distintas escalas, as técnicas são um fenômeno histórico, “sendo um dado constitutivo do espaço e do tempo operacionais e do espaço e do tempo percebidos” (SANTOS, 2006, p. 55). A tríade “técnica, tempo e espaço” é, portanto, basilar para a análise da dinâmica do espaço geográfico.

Mas as técnicas não podem ser tomadas como uma virtualidade máxima que aguarda sua historicização, visto que isoladamente nada explicam. O lugar atribui relatividade histórica às técnicas, redefinindo-as, constituindo o que Santos (2006) denomina de tempo espacial, uma espécie de tempo do lugar. No lugar, simultaneamente, operam distintas técnicas como as agrícolas, as industriais, de transporte, e até mesmo técnicas da vida. Esse processo modifica a significação tendencial dos objetos e ações e por isso há conformação do tempo espacial.

O tempo é pensado numa perspectiva diacrônica (eixo da sucessão), referindo-se ao tempo histórico ou tempo abstrato, bem como numa perspectiva sincrônica (eixo da coexistência), sendo esta o tempo geográfico ou tempo concreto. As múltiplas temporalidades tornam-se uma questão teórico-metodológica nuclear para o estudo do espaço geográfico. Este está intrinsecamente relacionado à simultaneidade dos distintos ritmos.

Na realidade, o tempo como sucessão, que é chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se perguntar se é assim mesmo, se o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo da simultaneidade, pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja o mesmo para todos os homens. Pensamos que a simultaneidade dos diversos

tempos sobre um pedaço da crosta da Terra é que seja o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, talvez com algum exagero, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos (SANTOS, 2013, p. 154).

Porém, em meio à diversidade de temporalidades, destaca-se que o ritmo do tempo é cada vez mais estranho à finalidade do lugar e à finalidade do próprio homem. A hibridez espaço-tempo deve ser considerada dentro do processo de totalização e de cisões da totalidade.

Assim, reafirmando o que destacamos anteriormente, a dinâmica espacial é condicionada por “um conjunto de indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). Os objetos, resultado da ação humana ou da herança natural, formam uma extensão contínua e estão sistematicamente interligados. As ações constituem um processo dotado de propósito, no qual, dialeticamente, mudando o meio, muda-se a si mesmo. A partir de Giddens (1978), Santos (2006, p. 79) destaca que “a ação se daria como um conjunto de atos, ou como processo formado de subprocessos, atos consecutivos”. Embora ato, ação e atuação sejam distintos, eles estão relacionados, pois “a noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis, e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem” (SANTOS, 2006, p. 78-79).

A ação é, portanto, um processo eminentemente humano, subordinado a normas (formais ou informais) que supõem um projeto. “O projeto ‘prepara uma execução’, exige aplicação e trabalhos metódicos, fundados numa ordem. É somente assim que a ação projetada se torna eficaz” (SANTOS, 2006, p. 80).

Ação e objeto são categorias que devem ser tratadas de modo uno, porque as ações conduzem à criação e ao uso das formas geográficas (os objetos), conferindo-lhes um sentido, mas o conteúdo técnico dos objetos repercute nas ações. As intencionalidades da ação e dos objetos se conjugam, tornando a eficácia da ação dependente dos objetos. A inseparabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações nos revela a hibridez do espaço geográfico bem como nos conduz à noção de forma-conteúdo proposta por Santos (2006), a qual também é correlata da ideia de híbridos, uma vez que une passado e futuro, função e forma, processo e resultado, objeto e sujeito, natural e social.

Posto dessa maneira, o conceito de espaço é bastante operacional e se articula muito bem ao de território, região, paisagem e lugar. Para nós, interessa mais de perto o conceito de lugar e a sua articulação com o de espaço, em razão de estarmos construindo a ideia de que a pequena cidade, no mundo capitalista atual, é, *a priori*, um lugar mundial simples.

O lugar é constituído a partir de um conjunto indissociável de relações cotidianas. Para Santos (2006), o lugar é um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, no qual cooperação e conflito são a base para a vida comum. O lugar é também onde se realizam as ações dos agentes fundamentais da produção do espaço na sociedade capitalista globalizada; ele atende “as ordens” dos agentes hegemônicos ao mesmo tempo que abriga as forças de resistência de tal forma que a globalização e a fragmentação são parceiros inseparáveis no fazer cotidiano dos agentes que fazem e refazem os lugares globalizados, nessa conformidade podemos falar de um papel político do lugar.

O papel político dos lugares tende a ser inserido numa rede de relações que ultrapassa a lógica local, deixando de ser especificamente tributário da produção e das tradições próprias do lugar. Fomenta-se a especialização dos lugares, acompanhada da ampliação da divisão do trabalho (social e territorial), submetendo as frações do território

à lógica hegemônica do processo de racionalização. As cidades locais, por exemplo, têm seu conteúdo modificado:

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2008, p. 56).

Essas “cidades locais”, em função da pouca complexidade dos sistemas de objetos e ações que constituem os espaços, podem ser consideradas lugares mundiais simples. Porém, não esqueçamos que o lugar é porção de espaço e assim o espaço é também o cotidiano, e esta co-presença ensina-nos a diferença. Os homens “lentos” que ocupam os chamados espaços “opacos/inorgânicos” acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, pois não fazem parte das “[...] teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobrecem e eliminam a orientação para o futuro” (SANTOS, 2013, p. 81).

O espaço, portanto, é racionalizador e racionalizado, mas é também o espaço “banal”, de todos, cuja dinâmica é marcada pela coexistência de temporalidades que atestam o espaço da diferença que, mesmo quando negado pela ordem estatística abstrata, sobrevive nas práticas sociais cotidianas.

ESPAÇO URBANO E ESPAÇO RURAL NA DINÂMICA E ORGANIZAÇÃO DA CIDADE PEQUENA

Entendemos a pequena cidade como um lugar mundial simples. Diferentemente do olhar focado na cidade grande ou média, argumentamos que para entendermos a dinâmica e organização do espaço nesse lugar mundial simples, é essencial situá-lo no contexto das relações entre o urbano e o rural. Isso nos obriga a situar teoricamente o que entendemos por campo, cidade, urbano e rural. Tradicionalmente, duas interpretações polarizaram o debate sobre a relação campo-cidade: a primeira é a perspectiva dicotômica, e a segunda é a perspectiva denominada de *continuum*.

A perspectiva dicotômica pensa o campo em oposição à cidade, enfatizando as diferenças que tornam esses espaços distintos entre si, conforme fica expresso nas palavras de Coelho Neto.

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva, concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolve atividades industriais, do comércio e dos serviços (COELHO NETO, 2013, p. 155).

Segundo Coelho Neto (2013), estes elementos produzem representações sobre o urbano e rural, representações estas que são apropriadas como imagens pelo senso comum, invadindo o imaginário social e produzindo preconceitos, ordens e comportamentos variados.

A perspectiva do *continuum*, segundo Marques (2002), se origina na segunda metade do século XX, na esteira dos processos de industrialização e urbanização. O avanço dos mencionados fenômenos acaba produzindo maior integração entre o campo e a cidade, mas com predomínio do segundo sobre o primeiro, concebido de modo que o rural vai ganhando contornos do urbano.

Wanderley (2002) desdobra a perspectiva do *continuum* em duas vertentes: a denominada “urbano-centrada”, que está fundada em uma homogeneização espacial e social que indicaria o fim do rural; e a chamada de “*continuum* rural-urbano”, que aponta uma integração, continuidade e uma aproximação nas relações entre os dois espaços, sem ignorar as particularidades de cada um e nem advogar o fim do rural.

Elementos novos que ajudam a esclarecer o debate se apresentam em uma sistematização proposta por Rua (2006). Este autor identifica uma perspectiva denominada, por ele, de “abordagem clássica”, centrada na ideia de urbanização do rural, e outra perspectiva denominada de “novas ruralidades”. Poderíamos, respectivamente, grosso modo, associar tais perspectivas à perspectiva do *continuum* (urbano-centrada) e à perspectiva do *continuum* rural-urbano, realizada por Wanderley (2002).

Para ilustrar a ideia de “novas ruralidades”, Coelho Neto (2013) recorreu ao entendimento de Carneiro (1998), argumentando que foram gestadas mudanças na realidade rural brasileira, as quais apontariam para a construção de características no campo. Assim vejamos:

[a] intensificação da pluriatividade, que não permite mais definir o rural exclusivamente pela atividade agrícola, em face do surgimento de outras atividades não-agrícolas, desenvolvidas ou não pela população do campo; [e a] crescente busca de meios alternativos de vida no campo por pessoas oriundas da cidade, movimento tributário do pensamento ecológico e do questionamento da sociedade baseada na aceleração promovida pelo ritmo da industrialização (COELHO NETO, 2013, p. 157).

Para especificar essa interpretação, que propugna a existência de uma nova ruralidade, Gómez (2001) propõe considerar alguns elementos: (i) a diversidade de atividades que se realizam e conformam o novo espaço; (ii) as especificidades das relações que se estabelecem no rural, relações pessoais, de parentesco, e centradas na prolongada presença, que “otorgan sentido a la identidad com el espacio a que las personas pertenecen y adquiere importancia la memória rural como expresión de la historia local” (GOMÉZ, 2001, p. 22); (iii) e no alcance do rural nas relações que se desenvolvem com o urbano, promovendo uma integração entre os dois espaços, pois considera “determinados espacios normalmente considerados como urbanos como parte de la ruralidad” (GOMÉZ, 2001, p. 23)

A terceira perspectiva interpretativa foi denominada, por Rua (2006), de “urbanidades no rural”, admitindo as transformações que se verificam no rural, mas defendendo que elas possuem outra natureza. O autor critica a insuficiência das abordagens anteriores, apontando o caráter homogeneizador e simplificador da interpretação clássica, centrada na cidade, e o extremado peso colocado no rural pelos autores das “novas ruralidades”, visto que não seria possível deixar de admitir a posição de comando do urbano na reestruturação espacial do mundo contemporâneo, e nos atenta que “as ‘urbanidades no rural’ seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses

espaços como formalmente urbanos” (RUA, 2006, p. 57). Ele faz questão de distinguir sua posição em relação à ideia de “urbanização do rural” (da abordagem considerada clássica) a qual levaria a inevitável perspectiva do fim do rural, considerando que o que se verifica na atualidade são espaços rurais que não são urbanos, mas que apresentam outra natureza distinta do rural tradicional e do urbano.

Consideramos que a proposição de Rua (2006) é profícua para pensar a complexidade do rural brasileiro nos dias de hoje, mas, inspirados no autor, ousamos apresentar outra interpretação – defendemos a existência de “ruralidades no urbano”. Esta proposição tem como campo empírico as nossas pesquisas realizadas no Território do Sisal no Estado da Bahia⁶.

Assim, a realidade do Território do Sisal nos oferece elementos para refletirmos sobre os esquemas teóricos construídos. Enquanto alguns autores defendem o fim do rural e, outros, as urbanidades no rural, nós constatamos a presença das ruralidades no urbano, isto é, a forte influência que elementos rurais ocupam na conformação do espaço urbano das pequenas cidades sisaleiras. Nelas é possível identificar as marcas das ruralidades na paisagem urbana, manifestadas pelas festividades rurais, que mobilizam grande parte da população, a exemplo de vaquejadas, festa de São João e São Pedro, forrós, caminhadas com animais, entre outras.

A economia das pequenas cidades sisaleiras tem como base as atividades agrícolas, com forte vínculo com a cadeia produtiva do sisal. Parte significativa da população que vive nas pequenas cidades possui pequenas propriedades e depende da atividade agropecuária.

Os líderes políticos, quer sejam os tradicionais caciques políticos⁷, quer sejam as novas lideranças sindicais e associativas, originam-se nas atividades rurais. Os chefes políticos tradicionais são produtores rurais, comerciantes e industriais do sisal, demonstrando a enorme imbricação entre o urbano e o rural. As lideranças dos coletivos sociais organizados são agricultores camponeses que fundam e administram sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias rurais.

A partir dessas constatações, nos é possível verificar a profundidade da imbricação entre o rural e o urbano e o conteúdo empírico daquilo que estamos propondo pensar: a presença tanto das ruralidades no urbano quanto das urbanidades no rural. Assim, aqui se entende que o fenômeno urbano não está, de forma processual e progressiva, fazendo desaparecer o rural; pelo contrário, demarcamos a existência de diferenças entre estes processos que resultam em espaços diferenciados, porém cada vez mais fortemente articulados. De acordo com um grupo de geógrafos espanhóis, argumenta-se que:

Si a comienzos del siglo XX, un prestigioso grupo de pensadores encuadrados en la Escuela de Chicago, trataron de definir el modo de vida urbano, insistiendo en aspectos como la movilidad de las personas, la división del trabajo, el anonimato, la secularización o la competitividad [...] hoy en día podemos ver que todos estos caracteres coinciden con nuestra manera de concebir la existencia. [...] seguimos utilizando la expresión rural, para referirnos a aquellas áreas con densidad de población más baja, la pervivencia de un paisaje menos alterado donde las actividades agrarias mantiene una relativa importancia. Sin embargo, los espacios rurales en el presente son muy distintos a los comienzos del siglo XX, pues han sufrido también los efectos de la urbanización [...] Es conveniente seguir manteniendo el uso de términos contrapuestos como rural y urbano para realizar el análisis de diferentes territorios (GONZÁLES; PÉREZ; GÓMEZ, 2012, p. 11-12).

Por esta perspectiva, mesmo nos espaços onde a urbanização vinculada à modernização capitalista avançou significativamente, continua sendo possível distinguir o urbano do rural, e se deve considerar esse aspecto quando são analisados diferentes processos que reproduzem o espaço e interferem no cotidiano dos lugares.

Conforme Henrique (2010), os conteúdos rural e urbano podem ser norteadores para as reflexões pertinentes à noção de diferentes cidades na contemporaneidade. Ressalta, ainda, que esses conteúdos específicos que se implantam nas cidades formam um par dialético e coexistem mesmo sendo distintos; será, todavia, uma relação mediada por contradições e embates, resultando em inserções e supressões, tendo em vista que a incorporação do urbano nas pequenas e médias cidades não promove a anulação do rural, produzindo, assim, o “urbano diferença”, significando a inter-relação de ambos os conteúdos, imprimindo características singulares a essas cidades.

CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE PEQUENAS CIDADES

Embora os estudos relacionados à geografia urbana no Brasil tenham incorporado significativa expressividade nas últimas três décadas, o foco de análise prioritário ainda está para as metrópoles e, mais recentemente, para as cidades médias. É relativamente incipiente a pesquisa voltada para a realidade e singularidade das pequenas cidades. Porém, mesmo não apresentando uma dinâmica tão intensa quanto a das médias e grandes cidades, elas são essenciais na composição da rede urbana, o que as tornam relevantes para a compreensão do fenômeno urbano e sua difusão no território brasileiro. Para além disso, a pequena cidade está diretamente articulada ao seu entorno rural imediato, o que a torna relevante também para a compreensão do fenômeno rural no Brasil. O estudo da pequena cidade, sem a sua necessária inserção nessa teia de relações entre o rural-urbano, tem imposto dificuldades para o seu entendimento. Não seria essa negligência com a inserção da pequena cidade na dinâmica rural um fator de obscurecimento da compreensão da pequena cidade pela Geografia Urbana?

Soma-se, a esses fatores, a complexidade para uma conceituação sobre cidades no Brasil, pois é cidade – do ponto de vista político-administrativo – todas as sedes de município, sem que sejam atendidos quaisquer outros critérios, como por exemplo, tamanho da população, aspectos funcionais, indicadores socioeconômicos ou explícita vinculação com fenômenos exclusivamente urbanos.

Diante disso, são variadas as definições, categorizações, perspectivas teóricas e metodológicas ou classificações a partir de análises empíricas. Em meio a essa multiplicidade das possibilidades de abordagens e interpretações analíticas, ponderamos como mais pertinente a compreensão das pequenas cidades sob aspectos qualitativos, como a essencial articulação do urbano com o rural a partir, por exemplo, da coexistência de atividades típicas do urbano (bancos, serviços médicos, etc.) com gado pastando nas ruas, testemunho de uma proximidade intensa com o rural. Esses aspectos forjam um lugar mundial simples só possível de ser analisado no contexto dessa inter-relação rural-urbano.

Além disso, as tentativas de classificação por dados estatísticos, como o quantitativo populacional, quase sempre provocam uma homogeneização das particularidades e não conseguem apreender a complexidade que envolve as heterogêneas realidades das pequenas cidades brasileiras.

Assim, de acordo com Sposito e Silva (2013), as análises sobre pequenas cidades precisam ser realizadas tomando como base o meio geográfico no qual se encontram e as articulações que estabelecem como outros centros e escalas, podendo ser compreendidas como núcleos urbanos singulares e com reduzida extensão territorial, que apresentam menor fragmentação interna, ampla imbricação com o campo, dispondo dos requisitos básicos para a realização da vida, (re)produção do espaço e inserção na divisão territorial do trabalho, aspectos essenciais para compreender suas transformações socioespaciais e suas múltiplas interações num contexto de expansão do capital.

Argumentamos que, embora pequenas, essas cidades também estão envolvidas nas estratégias capitalistas de (re)produção do espaço urbano e rural. Deste modo, independentemente das escalas ou níveis hierárquicos, a produção do espaço na interface urbano-rural, por meio da ação de diversos agentes, delinea-se através do agir cotidiano e mesmo resguardando as especificidades de cada processo do qual resultam as referidas ações, fundamentalmente revelam reprodução do poder, disparidades e usos diversos da terra associados à priorização do valor de troca.

Partindo de uma categorização que prioriza critérios do tamanho populacional, Bacelar (2012) propõe uma análise das pequenas cidades atrelada aos aspectos político-administrativos e as define da seguinte maneira:

Pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva e de empregos é reduzida, seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita (BACELAR, 2012, p. 87).

Decerto, o uso desse corte populacional nos causaria problemas operacionais para realização de pesquisas sobre as pequenas cidades, uma vez que há um grande número de cidades nordestinas com população superior que apresenta nítidas características de ruralidades, com fortes traços da imbricação campo-cidade, elemento qualitativo que estamos considerando como conteúdo fundante para pensar as pequenas cidades.

No entanto, para além do recorte, Bacelar (2012) defende que as investigações sobre as problemáticas inerentes às pequenas cidades devem estar centradas em desvelar os entraves do campo político-administrativo, que na sua interpretação são mais sobressalentes que a questão econômico-financeira, em função da dependência que as pequenas cidades apresentam de recursos provenientes das instâncias federal e estadual.

Bacelar (2012) ainda aponta, como aspectos fundamentais para a compreensão das configurações e relações internas nas pequenas cidades, o reduzido contingente populacional, considerável fluxo migratório, a existência de sentimento de pertencimento dos habitantes com o município, intensa articulação campo-cidade, e, principalmente, atuação direta e incisiva da gestão municipal na promoção de atividades produtivas, sociais e, de modo geral, que proporcionem certo dinamismo econômico. Na contramão elenca, também, algumas características que denotam fragilidades, entre as quais se destacam a prevalência do patrimonialismo nas práticas do Poder Público Municipal; as limitações e incoerências das ações dos agentes políticos, atreladas a incipiências de profissionais especializados para compor o quadro técnico, conduzindo a uma crise administrativa que se acentuou com a municipalização instituída pela Constituição Federal de 1988; e a relativa aproximação sociopolítica entre os representantes públicos locais e a população, o que pode induzir ao favorecimento de alguns segmentos ou legitimação de assistencialismos.

A despeito de promover uma análise que também contempla aspectos qualitativos, indicando características políticas e limitações que de fato permeiam muitas das pequenas cidades brasileiras, Bacelar (2012) atribui muita ênfase aos indicadores demográficos na sua definição, desconsiderando que os processos históricos, as semelhanças da estrutura produtiva e a inserção diferenciada em contextos locais/regionais podem proporcionar maior nível de aproximação entre essas cidades do que dados absolutos de população, o que pode induzir a generalizações no estudo de realidades distintas. No entanto, para Maia (2010), os dados populacionais não devem ser plenamente descartados na definição das cidades médias e pequenas; mas sublinha que eles não dão conta de refletir as diversidades que caracterizam as cidades brasileiras e, assim, fundamenta suas ponderações em critérios de cunho mais qualitativo.

Direcionando os seus enfoques para a realidade do Nordeste, Maia (2010) concebe que, em meio às distinções, as cidades pequenas desta região apresentam semelhanças perceptíveis na limitada rede de serviços, reduzida diversificação do comércio e, sobretudo, nas imbricações campo-cidade e suas influências na dinâmica municipal, sendo em muitos casos a administração da economia rural sua função basilar. Entretanto, salienta que quase sempre essas atividades produtivas rurais não proporcionam intensa vitalidade à economia local; deste modo, outra característica comum às pequenas cidades do Nordeste se reveste na debilidade da sua base econômica, tornando-se dependentes dos benefícios sociais e dos repasses federais para a sua dinamização. Se por um lado essas características nos alertam para ler a pequena cidade, por outro incorrem no problema de generalizar a realidade nordestina, considerando que muitas dessas características não estão mais presentes em várias cidades pequenas do Território do Sisal – a limitada rede de serviços e baixa diversidade do comércio, por exemplo.

Para além das averiguações de ordem econômica, Maia (2010) também reconhece a importância de valorizar outras dimensões, contemplando os modos de vida, os costumes, o cotidiano e as diferentes temporalidades presentes nestes pequenos centros, com o intento de ampliar as percepções e leituras das múltiplas manifestações do urbano e nuances inerentes às cidades nordestinas e, por extensão, brasileiras.

De modo similar, na Bahia, as confluências rural-urbano e campo-cidade são aspectos proeminentes nas análises sobre as pequenas cidades, porquanto resultam em implicações e reflexos diretos em suas dinâmicas espaciais e sociais, tornando, em alguns casos, complicada a distinção dos limites fronteiriços entre os espaços urbanos e rurais. No que concerne ao papel desempenhado pelas cidades pequenas, no caso específico da Bahia, Santos (2010, p. 59) ressalta que:

[...] é verossímil perceber que as cidades pequenas e médias desempenham papéis importantes na rede urbana, tanto quanto a metrópole regional, Salvador. Enquanto as médias possuem a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas e os pequenos povoados.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), aproximadamente 50% dos municípios baianos apresentam taxas de urbanização inferior a 50% (BAHIA, 2010), revelando a existência de áreas urbanas de acentuadas características e articulações com o rural, bem como dinâmicas e funcionalidades condicionadas por essas imbricações entre o rural e o urbano.

Portanto, quando olhamos para o cotidiano das cidades pequenas o que vemos é um amplo e entrelaçado conjunto de ações constituídas na articulação entre o urbano e

o rural, o que nos leva a insistir na ideia de utilizar essas ações – definidas na interface espaço rural-espaço urbano – como pilar fundamental para definir a cidade pequena como lugar mundial simples sustentado pelo seu entorno rural imediato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da organização do espaço na cidade pequena encontra, como primeiro e imediato desafio, a definição do que é uma cidade pequena. O uso de um recorte com base em critérios demográficos, principalmente o tamanho da população, não é suficiente, já que pode deixar de fora da amostra cidades relevantes que não podem ser incluídas como médias. Podemos até usar esse critério como uma primeira aproximação, mas precisamos delimitar características qualitativas do fenômeno para um recorte mais abrangente.

Propomos analisar a cidade pequena a partir de duas ideias interligadas: a inserção do núcleo urbano na rede mundial de cidades como lugar mundial simples e a amplitude da integração entre o rural e urbano na definição da configuração da cidade. Ou seja, é preciso delimitar a amplitude da convergência dos eventos fundamentais na constituição dos lugares mundializados, citamos aqui a densidade dos serviços, a quantidade de pontos comerciais, a intensidade da convergência de fluxos de transportes de pessoas e mercadorias, entre outros. Por essa perspectiva, a cidade pequena é caracterizada pela pequena densidade (demográfica, do aparato técnico, de serviços, de informação, etc.) e pequena influência no contexto de uma rede urbana. Associado a isso, podemos investigar a influência das atividades ligadas, tipicamente, ao universo rural, as quais estão presentes no cotidiano dessas cidades pequenas. No contexto da rede urbana, a cidade pequena exerce um papel de articuladora do entorno rural imediato, com a sede municipal, através do compartilhamento da mesma realidade e na busca de serviços fundamentais, mas, também, cria mediações com as outras cidades da rede urbana da qual participa: quando serve de entreposto para os sistemas de transportes ou quando recebe posto de serviços como os correspondentes bancários e dos Correios.

A questão que está em jogo em nossa reflexão não é apenas a de estabelecer se a cidade é pequena, média ou grande, como já foi objeto de estudos tradicionais que abordavam a cidade na perspectiva do tamanho e desenvolvimento, nossa direção aponta para um esforço de compreensão do universo representativo de cidades brasileiras com pequeno contingente populacional, pouco dinamismo econômico, expressiva dependência dos recursos governamentais, carências de serviços e infraestruturas básicos, elevadas taxas de desemprego e atravessadas pelas ruralidades.

NOTAS

6 O Território do Sisal é composto por 20 municípios localizados no nordeste do Estado da Bahia e se caracteriza pelo predomínio das atividades vinculadas à cadeia produtiva da planta *Agave Sisalana*, de onde se retira uma fibra com a qual se produz fios, cordas, tapetes, carpetes, etc. As sedes desses 20 municípios são cidades entre 2.000 a 50.000 mil habitantes, nas quais temos desenvolvidos várias pesquisas nos últimos 10 anos.

7 Nos referimos a pessoas que possuem poder político e econômico e estão a frente da administração públicas (diretamente ou por meio de seus “comandados”) a 30, 40 ou 50 anos ou mais, tendo se transformado em líderes de grupos que continuam reproduzindo as práticas típicas do coronelismo que imperou no Nordeste brasileiro principalmente nas décadas de 60 e 70.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, W. K. de A. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (orgs). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012. Parte I, Cap. 3, p. 81-102. (Série estudos e pesquisas, 94).
- BAHIA (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Estudo da rede urbana do estado da Bahia**: relatório final. Salvador: SEDUR, 2010. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/>. Acesso em: 20 maio. 2017.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- COELHO NETO, A. S. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago. 2013.
- GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva dos sociólogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 181 p.
- GOMÉZ, S. Nueva ruralidad? um aporte al debate. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-32, out. 2001.
- GONZÁLEZ, R. C. L.; PÉREZ, J. M. G.; GÓMEZ, L. A. E. **Los espacios urbanos**: el estudio geográfico de la ciudad y la urbanización. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 2012, 456 p.
- HENRIQUE, W. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. Parte I, 1º cap. p. 45-58. (Série estudos e pesquisas, 87).
- MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. Apresentação, p. 13-41. (Série estudos e pesquisas, 87).
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- RUA, J. A Resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 45-66, 2006.
- SANTOS, J. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. Parte I Cap. 2 p. 59-76. (Série estudos e pesquisas, 87).
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. 392 p.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. 176 p.
- SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.
- WANDERLEY, M. N. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. TEIXEIRA, O. N. (org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.